



AUDITORIA E CONSULTORIA

Auditoria | Impostos | Consultoria | Riscos- Agilidade | Credibilidade | Parceria | Solução

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
Com o relatório do auditor independente

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	03
Balanço patrimonial ativo	07
Balanço patrimonial passivo	08
Demonstrações dos resultados	09
Demonstrações dos resultados abrangentes.	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretoria
Federação Paulista de Judô
São Paulo–SP

Opinião

Abstenção de Opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Federação Paulista de Judô (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras da Federação Paulista de Judô pois devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para Abstenção de Opinião

- ***Ativo Imobilizado:***

- a. Deficiência de controles internos sobre os bens do imobilizado***

- Não nos foi apresentado a devida conciliação e. ou composição de saldo necessários para podermos auditá-los em 31 de dezembro de 2024.

- b. Ausência de depreciação do imóvel (casa) onde fica localizada a sede da entidade, no bairro da Água Branca-SP***

- Esse imóvel não vem sendo depreciado por um longos anos, e ainda inexistente a segregação técnica e contábil do valor das construções, o que nos impossibilita de estimarmos o valor da depreciação acumulada retroativa e a computada no exercício corrente.

c. Arena Olímpica (localizada em São Bernardo do Campo), de propriedade da prefeitura

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, essa Arena está demonstrada por R\$ 272.401. Conforme informações não auditadas recebidas da administração da entidade esse valor refere-se a gastos com manutenção que não fora amortizado à despesa pelo regime de competência. Tomando-se em conta, a entidade não mais mantém qualquer vínculo com essa arena e com a prefeitura daquela cidade, que é sua proprietária esse valor deveria ser baixado em 31/12/2021.

- ***Provisão para contingências:***

Até da data de conclusão dos nossos trabalhos a administração da entidade encontra-se em processo de levantamento, avaliações e levantamento em conjunto com seus assessores jurídicos, considerando valor contábil no início e no final do exercício, provisões adicionais, valores utilizados, valores não utilizados, causas possíveis de perda, entre informações. As notas explicativas às demonstrações financeiras não divulgam integralmente essas informações, em decorrência desses assuntos. Em adicional, conforme requerido pelo Seção 21 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes a Sociedade deve divulgar, para cada classe de provisão as movimentações ocorridas durante o exercício, quais sejam: valor contábil no início e no final do exercício, provisões adicionais, valores utilizados, valores não utilizados, causas possíveis de perda, etc. Desta forma, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes no saldo da provisão para contingências e nas informações divulgadas em nota explicativa em 31 de dezembro de 2024, assim como nos demais elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

- ***Receitas e despesas:***

Em decorrência dos assuntos mencionados nos tópicos acima, não foi possível concluirmos sobre possíveis efeitos no resultado do exercício da entidade em 31 de dezembro de 2024.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração completa das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras completas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis como identificadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos, quando a documentação nos foi fornecida, pela administração a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos, que inclusive nos determinaram uma abstenção de opinião para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 19 de março de 2025.

Eo7 Auditores Independentes Ltda.
CRC-2SP041383

Wilson Ramos Souza Junior
Contador – CRC-1SP286020/O-9
CNAI-3980